



COMDEMA
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ATA
REUNIÃO ORDINÁRIA 04 / 2018-2019

Bauru, SP 27 de abril de 2018

Aos vinte e sete dias de abril de dois mil e dezoito, na Agencia Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA, reuniram-se os conselheiros: Adriana dos Santos Queiroz – SAGRA; Elton Rafael Alves de Oliveira – DAE; Marcelo Makino – EMDURB; Sirlei Sebastiana Polidoro Campos – SME; Gilda Maria Scalfi Carvalho – DEFESA CIVIL; Leandro Peres Marcomini – PAMB; Rubens Sergio Vieira Domingues – DAEE; Maria Izabel Merino de Medeiros - APTA; José Paulo Braga Sampaio – FF; Aloísio Costa Sampaio – UNESP; José Ricardo Scarelli Carrijo – VIDÁGUA; Dorival José Coral – USC; Alfredo Neme Neto – ASSENAG; José Brazoloto – ABES; Adilson Elias de Oliveira Sartorello – SECOVI; Eusébio Giraldes de Carvalho Junior – ASTEN; Marcelo Agostini Zonta – CREA; Gisele Moretti – COOPECO e Khalil Axcar – FRUTO URBANO. Justificaram ausência: Wilson Roberto Mantovani – SEMMA; Renato Theodoro Delgado – CATI; Lourenço Magnoni Junior – AGB; Wellington dos Santos Figueiredo – AGB; Marcio Colim – IAB e Kláudio Cófani Nunes - CIESP. Também estiveram presentes: Maisa Jampauli Bernardes – SEMMA; Raquel Biem Mori - SEMMA; Daniela P. A. dos Santos – SEMMA; Fellipe Luis Sanches – Câmara Municipal; Pedro Gustavo de Souza Rodrigues – DAE; Antonio Vicente Moscolgiato – DAE e Eric Fabris – Presidente do DAE. Trataram-se dos seguintes assuntos: **1. Análise das CTLegis e CTRS sobre a minuta de Lei que trata dos Grandes Geradores de Resíduos;** **2. Apresentação da proposta de trabalho sobre o Plano Anual de Proteção e Preservação Ambiental (PAPPA);** **3. Apresentações sobre a responsabilidade da SEMMA (explanção sobre os trabalhos em andamento na SEMMA - a pedido do Sr. Secretário do Meio Ambiente; apresentação sobre o projeto do Viveiro Municipal - refeitório e sanitários; informações sobre Plano Municipal de Arborização Urbana – conforme consta em ata da reunião de fevereiro);** **4. Utilização do fundo de tratamento de esgoto para sustentabilidade do sistema de abastecimento de água pelo DAE;** **5. Definição do local de realização da reunião ordinária de maio - Conselho Itinerante e** **6. Outros assuntos.** Sr. Dorival (Presidente do COMDEMA) desejou bom dia a todos e iniciou a presente reunião, às 8h40min. Primeiramente, agradeceu à Conselheira Maria Izabel (APTA) pela cessão do espaço. Após, a conselheira agradeceu a presença de todos e apresentou brevemente o trabalho realizado pela APTA. No item **1. Análise da CTLegis e CTRS sobre a minuta de Lei que trata dos Grandes Geradores de Resíduos**, Sr. Dorival apresentou a análise feita pela Câmara Técnica de Resíduos Sólidos – CTRS referente ao projeto de lei que trata dos grandes geradores de resíduos. Esclareceu que a Câmara Técnica discutiu sobre o volume previsto na minuta de lei – inicialmente 200 litros e proposta de alteração para 120 litros a pedido da Câmara dos vereadores. Relatou que os valores definidos nos municípios onde a lei já existe são variáveis, podendo ser de 500, 300, 200 ou 120 litros como a proposta da Câmara para Bauru. A CTRS discutiu sobre a

Maria Izabel *Adriana* *Elton* *Marcelo* *Rubens* *Gilda*



COMDEMA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

complexidade do processo, principalmente da dificuldade da Prefeitura em realizar a fiscalização e a necessidade de mais informações sobre o volume que hoje é coletado para que se possa definir quem são os grandes geradores no município e definir, após este estudo, o volume limite a ser considerado. Existe a necessidade de uma análise exploratória sobre o volume coletado por categorias e para tanto a definição do número de pessoas que serão necessárias para operacionalização deste processo. Outra preocupação discutida durante a reunião da CTRS foi sobre o custo ao município com a mudança da lei e à órgãos públicos que forem enquadrados como grandes geradores. A CTRS sugere que, definido o volume de resíduos para se estabelecer quem são os grandes geradores haverá a necessidade da obrigatoriedade da elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos pelos mesmos. Para tanto, a CTRS sugeriu que a Prefeitura elabore um modelo e/ou cartilha e disponibilize em seu sistema online para auxiliar os grandes geradores no preenchimento. Sugeriu também que a legislação destaque a importância dos grandes geradores destinarem seus resíduos preferencialmente à Associação de Cooperativas de Catadores de Recicláveis do município. Para tanto, se faz necessária a união das cooperativas de catadores cadastradas no município na formalização de uma Associação. A Sra. Gisele, representante de uma das Cooperativas, comentou que já está negociando em parceria com as outras cooperativas para efetivar futuramente uma Associação. Após, Sr. Dorival listou as contribuições do documento elaborado pela CTRS: 1- Que a prefeitura realize análise exploratória sobre o número de empresas, entidades e ou pessoa física que seriam classificadas como grandes geradores em função do volume de resíduos gerados atualmente, separando os mesmos por classes de 100, 200, 300, 400 e 500 litros diários; 2- Iniciar, antecipadamente, a preparação do sistema de informação digital que permitirá o cadastro e acompanhamento dos processos de transporte e destinação dos resíduos gerados; 3- O Plano de Gerenciamento deve ser obrigatório a todos os grandes geradores e não facultativo; 4- Elaborar, também de forma antecipada, modelo e/ou cartilha que permita orientar os grandes geradores na elaboração do seu Plano de Gerenciamento e cadastramento online; 5- Que a legislação contemple a necessidade dos grandes geradores destinarem os seus resíduos recicláveis, preferencialmente, para Associação das Cooperativas de Catadores de Recicláveis da cidade de Bauru, conforme previsto na legislação federal e 6- Que o município estimule a elaboração e aprovação de projetos de Educação Ambiental que visem orientar a população sobre a importância de reciclar e reutilizar seus resíduos. Sra. Maria Izabel repassou aos presentes que a Câmara Técnica de Legislação – CTLegis também fez uma análise do projeto de lei e que está em concordância com o que a CTRS apontou. Acrescentou que a CTLegis sugere que, após a análise exploratória, a lei estabeleça um escalonamento. Por exemplo, nos três primeiros anos, seriam considerados grandes geradores aqueles que gerassem um volume de 500 litros ao dia. Após, os grandes geradores seriam os que gerassem um volume de 300 litros durante dois anos, e terminaria com 200 litros após cinco anos, onde a educação ambiental relacionada à redução de resíduos seria essencial neste processo. Sr. Aloísio (UNESP) concordou com o planejamento gradativo. Comentou que caso seja viável a análise exploratória solicitada, sugeriu que além do levantamento de volume, fosse realizada também uma caracterização simples, classificando os



COMDEMA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

resíduos em recicláveis secos e recicláveis úmidos. Sr. Sidnei (SEMMA) informou que a SEMMA, anos atrás, contratou um estudo de diagnóstico para o Plano Municipal de Gestão de Resíduos e que essa caracterização deveria ter sido contemplada, mas não foi e acrescentou que a Caixa Econômica Federal disponibilizou verba para contratar um estudo de modelagem dos resíduos de Bauru. Esclareceu que este estudo vai caracterizar os resíduos sólidos gerados no município, o que atenderá a primeira consideração da CTRS. O Sr. Secretário acrescentou ainda que, em sua opinião, não deveria constar na lei a definição de parâmetros com relação ao volume de geração de resíduos, que poderá ser definido em decreto. Destacou a importância da obrigatoriedade em lei da elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos para os grandes geradores. Após discussões, Sr. Dorival colocou em votação a aprovação do parecer emitido pela CTRS para posterior encaminhamento à SEMMA. Todos os conselheiros com direito a voto (19) aprovaram o parecer da Câmara Técnica.

2. Apresentação da proposta de trabalho sobre o Plano Anual de Proteção e Preservação Ambiental (PAPPA). Sr. Dorival comentou que o PAPPA está em andamento, faltando ainda finalizar a parte que trata dos Resíduos Sólidos e que provavelmente o Plano será apresentado na próxima reunião.

3. Apresentações sobre a responsabilidade da SEMMA (explicação sobre os trabalhos em andamento na SEMMA - a pedido do Sr. Secretário do Meio Ambiente; apresentação sobre o projeto do Viveiro Municipal - refeitório e sanitários; informações sobre Plano Municipal de Arborização Urbana – conforme consta em Ata da reunião de fevereiro). Sr. Sidnei (Secretário Municipal do Meio Ambiente) comentou que a SEMMA está trabalhando nos Planos de Manejo das APAs Municipais. Disse que está sendo feita a revisão do Plano de Manejo da APA Água Parada, enquanto os Planos de Manejo das APAs Rio Batalha e Vargem Limpa estão em processo de elaboração. Informou que foi concluída pelo corpo técnico da SEMMA a análise de amplificação da APA Água Parada e expôs a intenção de realizar uma audiência pública junto aos conselhos municipais. Sra. Maria Izabel comenta que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado também está trabalhando na revisão da APA Estadual do Rio Batalha e que isso deve ser considerado. Sr. José Paulo (FF) reforça e diz que é importante um representante da SEMMA nessas reuniões. Outro assunto destaque foi a situação dos parques lineares. Sr. Sidnei comentou que esteve em reunião com o Ministério Público Federal, e que o promotor solicitou para que, em 90 dias, a SEMMA apresente uma minuta para regulamentação destes parques. Ainda sobre as responsabilidades da SEMMA o Sr. Secretário informou que parte do trabalho operacional, mais especificamente a capinação, passará a ser responsabilidade da SEAR, sendo que a SEMMA se dedicará à Arborização Urbana e às praças. Sobre a questão dos resíduos sólidos, comentou que pretende realizar um projeto piloto, de gerenciamento dos Ecopontos contando com a parceria das Cooperativas de Catadores de Recicláveis da cidade de Bauru. Sobre o Plano Municipal de Arborização Urbana, Sr. Sidnei afirmou que será elaborado. Após, Sra. Raquel (SEMMA) apresentou o projeto arquitetônico para o Viveiro Municipal. Mostrou fotos atuais do refeitório e sanitários do Viveiro, evidenciando seus diversos problemas relacionados à precariedade do prédio, bem como a falta de acessibilidade. Informou que segundo um engenheiro da Prefeitura, não compensaria reformar e assim, foi elaborada a presente

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



COMDEMA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

proposta, composta de um bloco único com refeitório e sanitários. Esclareceu que o refeitório poderá ser usado para práticas de Educação Ambiental. Sr. Sidnei comentou que este projeto será novamente apresentado ao COMDEMA, visando o uso de verba do FMMA para a viabilização da obra. **4. Utilização do fundo de tratamento de esgoto para sustentabilidade do sistema de abastecimento de água pelo DAE.** Sr. Eric Fabris (Presidente do DAE) iniciou sua explanação informando que a quantidade de recursos financeiros do Fundo de Tratamento de Esgoto – FTE gira em torno dos 183 milhões. Ressaltou que este debate é importante para que estes recursos sejam direcionados da melhor forma. Comentou que a estiagem que estava prevista para outubro, já está acontecendo, e que este ano, poderá se assemelhar ao de 2014, quando se fez necessário o racionamento de água. Informou que o DAE apresentou proposta para alteração à destinação dos 40% arrecadados que são destinados ao FTE: repassariam 15% de desconto na conta de água, 5% continuaria indo para o FTE e 20% entraria para o caixa geral do DAE, onde poderia ser usado para financiar as obras necessárias do plano de contingência de estiagem. Informou que essa proposta foi apresentada ao Ministério Público, que se posicionou contrário. Com relação aos 15% que seriam repassados como desconto na conta de água, este não foi aceito, pois afetaria a receita global do município, prejudicando o limite prudencial da Lei de responsabilidade fiscal. Porém, o plano de contingência de estiagem está em andamento e com processo de licitação para compra de 10 km de adutora e perfuração de três poços. Esclareceu que o plano também prevê a reforma dos filtros da ETA, o que traria maior eficiência para estação, porém, por falta de verba, não será possível ser realizada. Sobre o uso do FTE, Sr. Eric esclareceu que tem algumas diretrizes, mas nada oficial. Uma parte desta verba deve ficar contingenciada para o tratamento do esgoto, pois não se sabe ainda os custos operacionais da ETE e também para possíveis obras complementares na estação. O restante da verba deveria ser direcionada para o setor de abastecimento de água, uma grande necessidade do município, com ações como a reforma da ETA, setorização dos bairros, perfuração de novos poços e nova captação no Rio Batalha. Neste sentido, seria necessária uma lei autorizando o uso da verba do FTE para o abastecimento de água. Sr. Aloísio (UNESP) questionou qual o valor médio necessário que deveria ser reservado para os custos operacionais da ETE. Sr. Eric respondeu que o custo operacional da ETE será em torno de 20 milhões por ano. Sr. Aloísio destacou que mesmo se for reservado 50 milhões para os custos operacionais da ETE, ainda irá sobrar uma grande quantia para as prioridades em relação ao abastecimento de água e ressaltou ser um bom argumento para ser apresentado ao Ministério Público. Após, sugeriu que na próxima reunião sejam convidados os membros da comissão de fiscalização da Câmara Municipal e membros do Ministério Público para debater o assunto a fim de sensibilizar o MP quanto ao problema de abastecimento de água em Bauru. Sr. Dorival acrescentou que este assunto precisa ser retomando na próxima reunião, convidando também os conselhos gestores do FTE. Maria Izabel comentou que por se tratar de um assunto que necessita um tempo longo de debates e apresentações sugeriu que o Presidente do COMDEMA marque uma Reunião Extraordinária para tratar exclusivamente deste assunto. **5. Definição do local de realização da reunião ordinária de maio - Conselho Itinerante.** Ficou definido

Manoel *gilda* *A.*



COMDEMA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

que a próxima reunião será no auditório do Departamento de Matemática da UNESP. Sem mais, às 12h, deu-se por encerrada a reunião e eu, Maisa Jaampauli Bernardes, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

SAGRA	DAE	EMDURB
SME	DEFESA CIVIL <i>Guada de Carvalho</i>	PAMB <i>M. Jaampauli Bernardes</i>
DAEE <i>[Signature]</i>	APTA <i>[Signature]</i>	FF <i>[Signature]</i>
UNESP <i>[Signature]</i>	VIDÁGUA	USC <i>[Signature]</i>
ASSENAG <i>[Signature]</i>	ABES <i>[Signature]</i>	SECOVI <i>[Signature]</i>
ASTEN	CREA <i>[Signature]</i>	COOPECO <i>[Signature]</i>
FRUTO URBANO		